

FAESP - FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

LUCAS GOMES NASCIMENTO RODRIGUES

OS JUDEUS E A TERRA:

O conflito Israel-Palestina, a disputa pela posse da terra

São Paulo

2022

FAESP- FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

LUCAS GOMES NASCIMENTO RODRIGUES

OS JUDEUS E A TERRA:

O conflito Israelo-Palestina, a disputa pela posse da terra

São Paulo

2022

LUCAS GOMES NASCIMENTO RODRIGUES

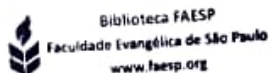
OS JUDEUS E A TERRA

O conflito Israelo-Palestina, a disputa pela posse da terra

Artigo de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharel em Teologia da Faculdade Evangélica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Teologia, sob orientação do Prof. Dr. Magno Paganelli.

São Paulo

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Faculdade Evangélica de São Paulo -
FAESP
Biblioteca Pastor José Wellington Bezerra

- R614j Rodrigues, Lucas.
Os judeus e a terra: o conflito Israel-Palestina, a disputa pela posse da terra / Lucas Rodrigues. – 2022. 33 f.
- FAESP, Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade Evangélica de São Paulo -
Unidade Belenzinho, Curso de Teologia, São Paulo, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Magno Paganelli de Souza.
1. Conflito. 2. Israel. 3. Palestina. 4. Aliança Abraâmica. 5. Território Israelense. I. Título.


CDD 956

Nota: 10 (dez)

OS JUDEUS E A TERRA**O conflito Israelo-Palestina- a disputa pela posse da terra**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharel em Teologia da Faculdade Evangélica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Teologia.

Aprovado em 17 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Magno Paganelli
Faculdade Evangélica de São Paulo
Orientador



Pr. Wilson Faraco
Faculdade Evangélica de São Paulo
Coordenador de Curso

São Paulo, 17 de dezembro de 2022

Dedico este trabalho a minha mãe e esposa Camila Rodrigues,
minhas incentivadoras.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me proporcionado chegar até o final deste curso e realizar um sonho.

À FAESP, e a todo corpo docente, que me proporcionaram crescimento espiritual e intelectual. Me considero um homem apto a desbravar novos horizontes e a enfrentar os desafios propostos no estudo teológico.

Agradeço ao **Prof. Ernesto G. Iasulaitis**, pelas orientações metodológicas iniciais. A **Prof.^a Madalena de Oliveira Molochenco**, na orientação do tema escolhido para pesquisa. Ao **Prof. Dr. Magno Paganelli**, na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, indicação de bibliografias e conversas (foram fundamentais). Em especial ao **Prof. Valdeci Odilon**, pela amizade e apontamentos realizados durante o curso, a dedicação na aplicação das matérias (Psicologia I e II, Didática, Evangelismo, Religiões Comparadas, Soteriologia, Arqueologia e Teologia do Ministério). Em especial Psicologia, que com suas experiências pastorais e profissionais, me fizeram compreender o valor do ministério de aconselhamento pastoral.

Sou grato à igreja do Jd. Conquista (AD Belém — setor 56), e aos **pastores Elizeu Gomes e Renato Teodoro** (companheiro de curso) onde durante os sete anos que auxiliei como co-pastor, permitiram-me aplicar na prática todo o conhecimento obtido na academia teológica.

Coram Deo.

RESUMO

Este artigo pretende, a partir de uma perspectiva bíblica, a legitimidade da luta israelo-palestina pela posse da terra, onde hoje se encontra o atual Estado de Israel. A pesquisa contribui com a comunidade acadêmica e evangélica, para um melhor entendimento do conflito entre judeus e árabes palestinos, a relação entre os povos e a terra da Palestina. Para mim em particular, diante do partidarismo de cristãos evangélicos no conflito, motivados pela mídia ocidental, especialmente por uma hermenêutica contestável e inconclusiva das escrituras. Diante deste cenário, há uma necessidade de se investigar as raízes do conflito, especialmente, a presença árabe na Palestina. Nesse sentido, por meio de uma revisão bibliográfica buscou-se respostas às perguntas: a quem pertence a terra e quais responsabilidades o povo judeu tem perante o Senhor e os povos não judeus. Por este motivo, o trabalho foi dividido em seis partes. A introdução, visa mostrar as principais obras da revisão bibliográfica, como se fundamentou teoricamente a pesquisa, com a devida justificativa, problematização, objetivos e importância dos dados encontrados. No primeiro capítulo é apresentado os termos da aliança entre Deus e Abraão. Assim, o segundo capítulo tem o foco em demonstrar a relação do povo judeu com a terra da Palestina. Além disso, no terceiro capítulo evidencia-se que povos não judeus eram aceitos na terra. Ademais, o quarto capítulo aborda a historicidade árabe na Palestina. Sob esse viés, o quinto capítulo apresenta as justificativas para a luta árabe. Outrossim, o sexto capítulo analisa a proposta de um Estado Binacional na Palestina. Por fim, nas considerações finais são expostas sínteses para responder que a terra pertence ao Senhor, e que os judeus possuem responsabilidades perante o Senhor e os povos não judeus.

Palavras-chave: Conflito; Israel; Palestina. Aliança Abraâmica; Território Israelense.

ABSTRACT

This article intends to analyze, from a biblical perspective, the legitimacy of the Israeli-Palestinian struggle for possession of the land, where today the current State of Israel is located. The research contributes to the academic and evangelical community, for a better understanding of the conflict between Palestinian Jews and Arabs, the relationship between the peoples and the land of Palestine. For me in particular, given the partisanship of evangelical Christians in the conflict, motivated by the Western media, especially by a questionable and inconclusive hermeneutic of scripture. Given this scenario, there is a need to investigate the roots of the conflict, especially the Arab presence in Palestine. In this sense, through a bibliographical review, we sought answers to the questions: to whom does the land belong and what responsibilities do the Jewish people have before the Lord and the non-Jewish peoples. For this reason, the work was divided into six parts. The introduction aims to show the main works of the bibliographic review, how the research was theoretically based, with due justification, objectives, and importance of the data found. The first chapter presents the terms of the covenant between God and Abraham. Thus, the second chapter focuses on demonstrating the relationship of the Jewish people with the land of Palestine. Furthermore, the third chapter shows that non-Jewish peoples were accepted in the land. Furthermore, the fourth chapter addresses Arab historicity in Palestine. Under this bias, the fifth chapter presents the justifications for the Arab struggle. Furthermore, the sixth chapter analyzes the proposal for a Binational State in Palestine. Finally, in the final considerations, summaries are exposed to answer that the land belongs to the Lord, and that the Jews have responsibilities before the Lord and the non-Jewish peoples.

Keywords: Conflict; Israel; Palestine. Abrahamic Covenant; Israeli territory.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. DESENVOLVIMENTO	14
1. Os termos da aliança	14
2. Os judeus e a terra	16
3. Os judeus e os outros povos	19
4. Presença árabe na palestina: o retorno dos judeus	22
5. A luta árabe pela posse da terra	25
6. Estado binacional: renúncia do lar ou reconhecimento de direito?	28
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
4. REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Examinar como a teologia pode iluminar o nosso entendimento sobre o conflito Israel-Palestino não é tarefa fácil, existe em todo cristão uma simpatia natural pelo povo judeu, atrapalhando, muitas vezes, o julgamento das ações praticadas por este grupo nas fronteiras do atual Estado de Israel. Porque um dos maiores desafios se constitui em separar esta nação daquela conhecida nas escrituras, que não viu os povos da terra de Canaã como inimigos do Estado, e nem mesmo recebeu apoio das potências militares de sua época. Interpretar as ações do Israel de hoje é entender que houve mudanças consideráveis no papel deste povo perante a humanidade.

Assim sendo, a mídia ocidental tem sido também responsabilizada por parte do povo árabe por granjear apoio somente aos judeus, apresentando, desta forma, como antissemita e terrorista as reações palestinas aos ataques dos judeus. Nesse sentido, os dois povos possuem razões históricas e teológicas para não renunciarem ao território. Todavia, o conflito deixa um saldo negativo em ambos os lados, por esta razão, apoiar qualquer uma dessas nações é concordar com as humilhações e crimes cometidos nos dois territórios.

Diante deste cenário, o que me move a pesquisa é o desejo de entender mais sobre o debate no entorno da formação do Estado de Israel. Também compreender como ocorre a intensa luta entre árabes palestinos e judeus pela posse da terra, e por fim, verificar como os judeus devem se comportar estando presentes no território prometido aos patriarcas.

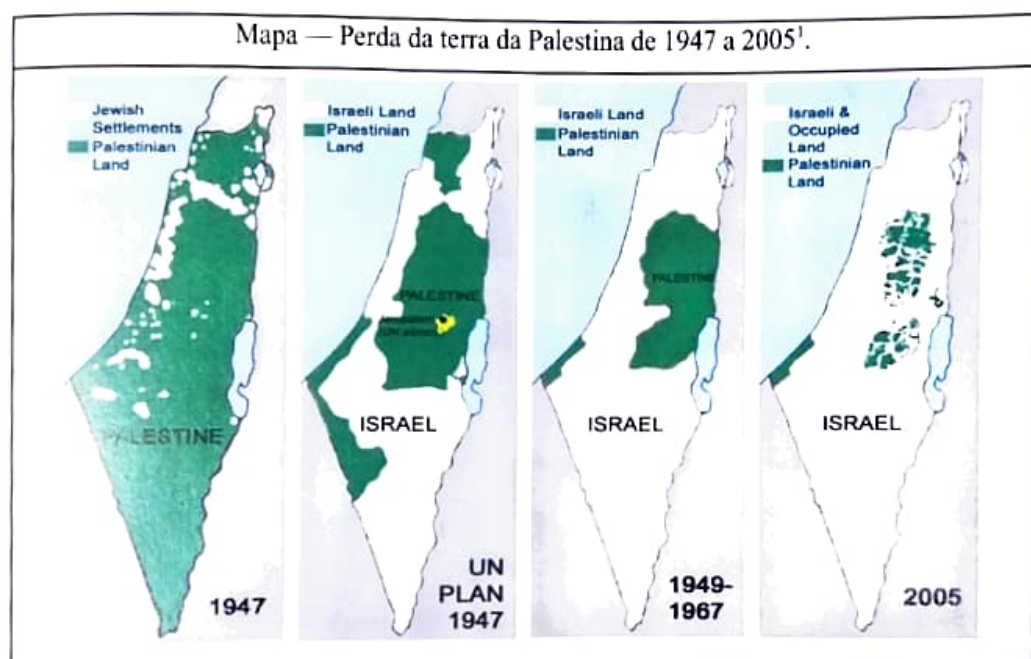
Sob esse viés, observou-se que a revisão bibliográfica fundamenta a pesquisa contribuirá ainda com a comunidade acadêmica, especialmente no campo da teologia evangélica, para o melhor entendimento das relações entre estes povos no território israelense-palestino. Deste modo, esse entendimento contribuirá, também, com a mudança de postura diante do conflito, compreendendo as responsabilidades do povo judeu em frente à aliança de Deus com o patriarca Abraão.

Sob a perspectiva da promessa e os termos da aliança, questiona-se: qual deveria ser a relação dos judeus com a terra, e quais deveres teriam com os povos ao redor que viessem nele habitar? Portanto, a partir da elaboração destas relações será possível compreender a legitimidade da luta árabe-Palestina pela posse do território que ainda hoje reconhecido como Estado judeu.

Existe um sentimento de posse da terra entre os judeus e árabes palestinos, entretanto, os judeus que hoje ocupam o território e o fizeram por meio de ondas migratórias (*alyot*) cada vez mais crescentes desde o final do século XIX. E oficialmente (porém não reconhecido pela

ONU) a partir da fundação do Estado em 1948. Reivindicam a posse total para além das fronteiras estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Diante desse cenário, a população judaica busca na narrativa bíblica que o Senhor prometera, em aliança, a terra para os descendentes de Abraão. Assim sendo, a luta pelo domínio do território e do povo que ainda vive lá tem se intensificado, posto que Israel deseja a soberania de seu Estado, enquanto árabes-palestinos lutam pelo retorno à sua terra, ao cumprimento de direitos violados desde a Declaração Balfour assinada pelo governo inglês em 1917. Conforme mapa abaixo, é possível observar a tomada de território do Estado israelense:



Porém, este artigo demonstra na perspectiva bíblica a relação dos judeus com a terra Palestina e os deveres para com os povos não judeus que estão dentro e fora de seu território. Pretende, ainda, enumerar algumas das razões pelas quais árabes-palestinos também reivindicam a posse e o retorno à terra concedida somente aos judeus em 1948.

Assim sendo, o artigo foi dividido em seis partes, a introdução visa mostrar as principais obras da revisão bibliográfica, como se fundamentou teoricamente a pesquisa, com a devida justificativa, problematização, objetivos e importância dos dados encontrados. No primeiro capítulo é apresentado os termos da aliança entre Deus e Abraão. Assim, o segundo

¹ Mapas: Perda de Terra. **Portal da Palestina**, 2022. Disponível em: <https://www.palestineportal.org/learn-teach/israelpalestine-the-basics/maps/maps-loss-of-land/> >. Acesso em: 16 de set. de 2022.

capítulo tem o foco em demonstrar a relação do povo judeu com a terra da Palestina. Além disso, no terceiro capítulo evidencia-se que povos não judeus eram aceitos na terra.

Ademais, o quarto capítulo aborda a historicidade árabe na Palestina. Sob esse viés, o quinto capítulo apresenta as justificativas para a luta árabe. Outrossim, o sexto capítulo analisa a proposta de um Estado Binacional na Palestina. Por fim, nas considerações finais são expostas sínteses para responder que a terra pertence ao Senhor, e que os judeus possuem responsabilidades perante o Senhor e os povos não judeus.

Deste modo, a revisão bibliográfica foi elaborada a partir das obras dos seguintes autores: Magno Paganelli, doutor em história social pela USP, escreve sobre diversos temas, incluindo o conflito Israel-palestino. Além disso, Owen Palmer Robertson, teólogo cristão que relaciona aliança bíblica sendo “um vínculo de sangue, soberanamente administrado”. Outro autor selecionado foi Amós Oz, escritor israelense, ativista político do movimento pacifista. Ademais, o escritor e professor, Edward Wadie Said foi um ativista político palestino-estadunidense. Haja vista, que nasceu em 1935, em Jerusalém, seus pais eram cristãos, sendo ele educado no Cairo e emigrando para os EUA. Por fim, David E. Holwerda, o autor analisa, a partir de pressupostos bíblicos, o lugar da terra da Palestina no plano divino revelado a Abraão.

Conforme o autor, todos temos responsabilidades no entendimento do tema que envolve questões cruciais para a igreja, a política internacional, e a teologia. Assim sendo, o autor apresenta as abordagens ou correntes chamadas milenistas, ou milenaristas que interpretam o período de mil anos do Apocalipse: o pré-milenismo, o pós-milenismo e o amilenismo. (PAGANELLI 2020)

Sob esse viés, na parte final do livro o autor reservou espaço fundamental para discutir sobre a “questão Palestina”, na intenção de levar cristãos a refletirem sobre o tema, pois, muitos olham com parcialidade para o conflito Israel-palestino. Assim sendo, em nada contribuem com o melhor entendimento da atual situação entre os dois povos. Segundo o autor, todos temos responsabilidades no entendimento do tema que envolve questões cruciais para a igreja, a política internacional, e a teologia. PAGANELLI (2020).

Além disso, Amós Oz, mesmo sendo judeu e testemunha da perseguição sofrida durante a Segunda Guerra Mundial, também se posiciona com neutralidade diante do conflito por entender que não se trata de uma disputa entre o certo e o errado. Porém, entre o certo pelo certo e que árabes-palestinos e judeus são vítimas de um inimigo em comum, ambos

foram maltratados pela Europa e devido à mesma se odeiam, veem na face do outro o rosto de quem historicamente tanto lhe prejudicou com perseguição, espoliação, e morte. (OZ, 2016)

No entanto, Said (2012) não pensa da mesma maneira e em sua obra enumera os direitos que o sionismo violou da população árabe palestina desde que recebeu a Declaração Balfour. Em suma, o autor denuncia os crimes praticados por judeus dentro do Estado de Israel, além de defender o fim da ocupação judaica na região.

Diante desse cenário, acredita que se não houvesse apoio do Ocidente a Israel, os árabes palestinos não estariam em desvantagem militar e econômica. Nesse sentido, o autor lista as razões para a luta árabe dentro e fora da Palestina, o drama dos refugiados e os possíveis caminhos para um Estado Binacional, que atendesse democraticamente ambos os povos que convivem no território da Palestina.

Para compreensão do pacto de Deus com Abraão, Robertson (1997), traz importantes contribuições ao elencar as consequências sofridas pelas partes na violação da aliança nos dias do patriarca. O significado do termo "aliança", de acordo o autor, já traz a compressão da responsabilidade assumida por Deus no momento que Abraão pediu garantias para posse da terra. A morte era a consequência imediata para aquele que descumprisse o acordo. Portanto, Deus fez Abraão compreender a extensão da promessa e o compromisso firmado com a posteridade do patriarca.

Outrossim, a contribuição do autor com a pesquisa, se deu com o entendimento da relação dos com a mesma terra que prometeu à posteridade de Abraão, suas responsabilidades e direitos para que permanecessem nela e não fossem expulsos para o exílio. Diante dessa perspectiva, foi possível compreender a legitimidade da disputa da terra por árabes e judeus israelenses, de que maneira Deus enxerga o conflito e o que espera dos judeus perante outras nações. (HOLWERDA, 2005)

2. DESENVOLVIMENTO

1. Os termos da aliança

Por 270 vezes na LXX o termo grego *Diathékê* aparece como tradução do hebraico *Berit* “aliança”, significa, portanto, uma decisão irrevogável tomada inicialmente por uma das partes envolvidas e representa diversos tipos de acordos realizados na história, entre soberanos, nações, tribos ou indivíduos em diferentes épocas e lugares.²

De maneira análoga, encontramos no livro do Gênesis os termos da aliança firmada entre Deus e o patriarca Abraão que se encontrava em Ur dos Caldeus. Nesse sentido, a inviolabilidade da aliança foi demonstrada quando Deus por uma fogueira fumegante e uma tocha de fogo passou entre os animais, que foram divididos por Abraão (Gn 15.17).

Deste modo, este acontecimento apontou para um significado mais específico dos termos traduzido por “fazer uma aliança”, em fontes extrabíblicas e no próprio Antigo Testamento, significa literalmente “cortar uma aliança”. Sob essa perspectiva, se relaciona, diretamente, com os três tipos de alianças encontradas nas escrituras, entre homem e homem, Deus e homem, e dos homens para com Deus.

Sob esse viés, a divisão dos animais simbolizava um “penhor de morte”. No momento do compromisso estabelecido entre as partes da aliança, os animais em pedaços representavam a maldição que o autor da aliança evocava sobre si caso violasse o acordo. Ao relembrar a deslealdade de Israel para com os compromissos da aliança com Deus, o profeta Jeremias (34.18-20) disse que os infratores se tornariam como os bezerras que cortaram em duas metades para passarem entre as suas metades. Diante da transgressão cometida contra Deus, suas carnes ficariam expostas às aves do céu.

É diante deste cenário, que o termo “cortar uma aliança” deve ser entendido, pois, o estabelecimento de uma aliança é um penhor de vida e morte, o derramamento de sangue no ato da cerimônia simboliza o juízo sobre a vida do infrator. Logo, essa a mensagem transmitida por Deus durante a cerimônia dos pedaços, todavia, através deste ato Abraão teve a confirmação sobre o triplice conteúdo da aliança revelado progressivamente: um descendente, uma terra, e uma bênção para todas as nações.³ (Gn 12.1-3; 13.14-16; 15.4-21; 17.4-16 e 22.15-18).

² BROWN & COENEN, 2000, p. 58 – 59.

³ ROBERTSON, 1997, p. 11 – 14

2. DESENVOLVIMENTO

1. Os termos da aliança

Por 270 vezes na LXX o termo grego *Diathékê* aparece como tradução do hebraico *Berit* "aliança", significa, portanto, uma decisão irrevogável tomada inicialmente por uma das partes envolvidas e representa diversos tipos de acordos realizados na história, entre soberanos, nações, tribos ou indivíduos em diferentes épocas e lugares.²

De maneira análoga, encontramos no livro do Gênesis os termos da aliança firmada entre Deus e o patriarca Abraão que se encontrava em Ur dos Caldeus. Nesse sentido, a inviolabilidade da aliança foi demonstrada quando Deus por uma fogueira fumegante e uma tocha de fogo passou entre os animais, que foram divididos por Abraão (Gn 15.17).

Deste modo, este acontecimento apontou para um significado mais específico dos termos traduzido por "fazer uma aliança", em fontes extrabíblicas e no próprio Antigo Testamento, significa literalmente "cortar uma aliança". Sob essa perspectiva, se relaciona, diretamente, com os três tipos de alianças encontradas nas escrituras, entre homem e homem, Deus e homem, e dos homens para com Deus.

Sob esse viés, a divisão dos animais simbolizava um "penhor de morte". No momento do compromisso estabelecido entre as partes da aliança, os animais em pedaços representavam a maldição que o autor da aliança evocava sobre si caso violasse o acordo. Ao relembrar a deslealdade de Israel para com os compromissos da aliança com Deus, o profeta Jeremias (34.18-20) disse que os infratores se tornariam como os bezerros que cortaram em duas metades para passarem entre as suas metades. Diante da transgressão cometida contra Deus, suas carnes ficariam expostas às aves do céu.

É diante deste cenário, que o termo "cortar uma aliança" deve ser entendido, pois, o estabelecimento de uma aliança é um penhor de vida e morte, o derramamento de sangue no ato da cerimônia simboliza o juízo sobre a vida do infrator. Logo, essa a mensagem transmitida por Deus durante a cerimônia dos pedaços, todavia, através deste ato Abraão teve a confirmação sobre o tríptico conteúdo da aliança revelado progressivamente: um descendente, uma terra, e uma bênção para todas as nações.³ (Gn 12.1-3; 13.14-16; 15.4-21; 17.4-16 e 22.15-18).

² BROWN & COENEN, 2000, p. 58 – 59.

³ ROBERTSON, 1997, p. 11 – 14

Assim sendo, a aliança se estendeu aos patriarcas Isaque (26.3-4), Jacó (28.13-14) e aos descendentes deles, isto revelou o caráter universal e eterno do pacto entre Deus e Abraão, ser uma bênção para todas as famílias da terra era uma condição para todo aquele que descendesse do pai da fé. Dessa maneira, serviriam de testemunho vivo do alcance da graça de Deus a todos os povos da terra. Todavia, a reação da linhagem abraâmica perante os feitos de Deus na vida do patriarca e seus descendentes garantiriam a eles a bênção ou a maldição da aliança (Gn 12.3).

Nesse sentido, Abraão se tornou essencial no plano divino de abençoar os povos, por isso Deus lhe engrandeceu o nome, pois em toda sua trajetória esteve dependente de Deus. Posto que não sabia para onde iria até chegar em Siquém (Gn 12.6-7), lugar onde o Senhor revelou a terra que daria à sua posteridade.

Contudo, a plena realidade da posse se deu somente na quarta geração (Gn 15.16) no instante em que completou a medida dos cananeus. A garantia do estabelecimento naquela terra foi lembrada por Deus na memória de todos os patriarcas para realfirmar que não seriam deixados em terra estranha, todo esforço cooperou com o aumento da fé, elemento fundamental para posse das promessas divinas. Entretanto, quando a descendência deles foram avisadas de que na terra havia gigantes, duvidaram e perderam o direito à terra (Nm 14).

Sob esse viés, nenhum daqueles que perderam o direito à entrada em Canaã se opôs à decisão divina, entenderam que a falta de fé foi determinante na decisão. Posto que foi pela fé que Abraão, Isaque, Jacó e Moisés se moveram do lugar em que estavam e partiram em direção à terra prometida. Assim sendo, após tê-la visto e saudado de longe, morreram sem terem obtido a realização da promessa. Todavia, consideraram como fiel o autor da promessa, houve batalhas entre os descendentes destes contra aqueles que viviam em Canaã, mas a conquista não se deu pela força, e sim pela fé, como um dom a terra foi concedida por Deus aqueles que perseveraram.⁴

⁴HOLWERDA, 2005, p. 69 – 71

2. Os judeus e a terra

Em toda narrativa bíblica, a fé foi a base para a obediência que se constituiu como elemento fundamental para permanência na terra, portanto, a advertência, sobre a falta de submissão e confiança, foi realizada antes mesmo de entrarem em Canaã. No deserto foram avisados de que seus descendentes seriam feridos caso permanecessem em seu mal caminho, sendo também dispersos de um extremo ao outro da terra, jamais teriam tranquilidade, a sola do pé não encontraria descanso e o Senhor lhes daria um coração inquieto (Dt 28.58-59). A aliança feita no deserto também se firmou, mediante o sacrifício de animais (Êx 24.3-8), como nos dias do patriarca Abraão a terra permaneceu como dádiva de Deus a Israel em cumprimento das promessas da aliança.

Assim sendo, não foi pela justiça ou retidão do coração que Israel possuiu a terra, nem mesmo por serem numerosos — pelo contrário: eram o menor dentre os povos, foi a injustiça das nações Cananeias que atingiu a medida de Deus (Gn 15.16; Dt 7.7-8; 9.3-6), além disto, foi para cumprir todas as palavras ditas aos patriarcas que o Senhor concedeu a terra por herança aos filhos de Israel, um povo obstinado e de dura cerviz. O amor de Deus por Israel é causa para tamanho feito. Logo, as razões para esse amor estão guardadas somente nele mesmo, seu olhar gracioso alcançou ao pai de multidões e toda a sua casa. Por isso, não podem reivindicar, em tempo algum, a terra de seus pais, nem defender o direito dela como se a tivessem conquistado pela força militar (Dt 8.17-18).

Além disso, existe forte oposição do Judaísmo aos eruditos cristãos que ressaltam a natureza da terra como dádiva do Senhor, consoante judeus, a terra não é “dada”, mas “atribuída” ou “consignada”⁵. Diante disso, a aliança se torna um contrato firmado entre “iguais” em que as partes possuem obrigações legalmente impostas que levam a recompensas.

Desta forma, a questão não é se a terra é dada, atribuída ou consignada, mas em que base legal tudo se sustenta. Apesar de haver uma regulamentação jurídica para posse da terra, isso não enfraquece o caráter gracioso que a envolveu: a aliança previu bênçãos sobre o cumprimento da lei e maldições sobre a violação dos mandamentos. Israel não cumpriu as exigências e se tornou alvo das maldições da lei (doenças, pragas, exílio e destruição).

Sob essa perspectiva, a terra não foi concedida como uma recompensa, mesmo na terra o povo de Israel jamais possuiu um título de propriedade ou direito legal sobre ela. Haja vista, que a terra é do Senhor (Lv 25.23) e o Eterno é o único e verdadeiro rei de Israel (Jz 8.23; 1 Sm 12.12). Enquanto o povo ocupou a terra, foi considerado pelo Senhor como estrangeiros e

⁵ HOLWERDA, 2005, p. 71 – 73

hóspedes, e deveriam agir como mordomos/administradores dos bens do seu Deus (Lv 25.2-10): respeitando o período sabático para plantio. Pois, durante seis anos seria utilizada para o plantio, mas no sétimo deveria descansar. Além disso, os moradores que haviam perdido ou vendido o patrimônio, também o recuperaram com o descanso da terra. Quando chegava o quinquagésimo ano todas as coisas perdidas eram restituídas.

Por um lado, era permitido negociar bens sobre a terra, mas a própria terra, quando vendida, não era negociada perpetuamente. Posto que em ocasião alguma saía dos termos da tribo que a recebeu como herança e sempre no ano do Jubileu voltava a seu antigo possuidor. Deste modo, o preço da propriedade era determinado conforme os anos que faltavam para o Jubileu, se teriam muitas colheitas ou não; quanto maior a distância, maior o preço.

Por outro lado, após a venda poderia ser resgatada, a lei concedia o direito de resgate à família que a negociou. Igualmente, quando tomada para pagamento de dívida, a restituição da propriedade à família poderia ser realizada por um parente próximo, o valor da propriedade até a chegada do Jubileu era calculado novamente e o valor devolvido ao atual proprietário.

Ademais, a terra foi concedida por sorteio e o tamanho do território destinado à cada tribo não ficou a critério delas, antes, receberam a sua porção conforme a quantidade de membros que possuíam (Nm 26.55). Por esta razão, foram impedidas de deslocarem os limites estabelecidos e adentrar na propriedade vizinha; caso contrário, seriam considerados malditos (Dt 19.14; 27.17). Em todo o tempo na terra deveriam aproveitá-la para cultivo, entretanto, não guardavam para si toda colheita, antes de ser armazenada em celeiros era consagrada pelas mãos dos sacerdotes como primícias da terra ao Senhor (Êx 34.26; Dt 26.1-11).

Outrossim, mesmo diante de todas as limitações, as tribos alimentaram forte amor pela terra. Desde o momento em que adentraram no território jamais desejaram sair. Quando foram obrigados a saírem em cativeiro (em 722 a.C. para a Assíria e 586 a.C. para a Babilônia) não se esqueceram dela em seu exílio, lamentaram e oraram em direção a cidade santa de Jerusalém (II Cr 6.36-39; Sl 137.5; Dn 6.11). Nessas ocasiões os reinos de Israel e Judá foram destruídos, na diáspora o retorno (*teshuvah*) a Jerusalém se tornou a esperança central de todo o judeu, muitas vezes, ao pó e a pedras se apegou à alma daqueles que um dia estiveram dentro de seus muros.

Nesse sentido, o retorno à terra sempre se deu em meio a tempos difíceis, com a destruição dos reinos, o governo da terra ficou a cargo das nações estrangeiras — Assírios, Babilônios, Medos, Gregos e Romanos. Durante a dominação estrangeira os judeus desfrutavam de relativa liberdade religiosa. No entanto, no âmbito político houve resistência e

luta até que no ano 70 d.C., Jerusalém foi novamente invadida e tomada pelos Romanos que a destruíram e expulsaram os judeus.

Diante desse cenário, uma nova diáspora começou, dessa vez os judeus estiveram espalhados pelo mundo como forasteiros até o retorno em massa a partir da Declaração Balfour, assinada em 2 de novembro de 1917 pelo então secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour. Ainda hoje a consciência judaica permanece obcecada pela promessa da terra, não por acaso desejam Jerusalém como nos tempos do Antigo Testamento, esquecê-la seria o mesmo que fazer de todas as aspirações, orações e compromissos uma zombaria, ou ainda, repudiar o Deus da bíblia.

Assim sendo, de todas as promessas feitas, a terra foi a mais proeminente e decisiva, permanecendo durante toda a narrativa do Antigo Testamento no coração e no centro da fé de Israel. Ao ponto de não ser mais possível mencionar somente a Deus e seu povo, mas também a terra. Além de um território, é possível concluir que a terra se tornou uma ideia, muitas vezes ao longo da história o lugar assumiu um sentido alegórico que sugeriu diversas bênçãos: pois para um povo que vagava pelo deserto significou: a terra que mana leite e mel, terra de montes e vales (Dt 11.11), vê-la assim, era crer em seu potencial econômico e na paz e segurança que desfrutaram dentro de seus muros (Dt 12.10).

3. Os judeus e os outros povos

A terra de Canaã sempre esteve ocupada por diversos povos que não formavam apenas um grupo étnico. Todavia, formavam um vasto leque de famílias que compartilhavam o mesmo território: no litoral norte estavam os fenícios⁶, ainda na bacia do Mediterrâneo mais ao sul, os filisteus⁷. No nordeste da região, os arameus, comerciantes da Síria, e ainda outros pequenos povos como os amalequitas, habitavam a região do Negueb, os midianitas, habitavam o deserto da Arábia, os moabitas, viviam a leste do mar Morto, e por fim, Edom, ou edomitas, habitavam a região sul do mar Morto. É um tanto difícil encontrar bibliografia a respeito destes povos fora do contexto teológico, porém, as informações que temos são unicamente do texto bíblico.

Além disso, os fenícios mantiveram boas relações com Israel através do comércio e fornecimento de mão de obra especializada para construção do templo em Jerusalém. Já os filisteus se mantiveram a todo tempo como inimigos de Israel. Contudo, Davi, enquanto fugia do rei Saul, manteve rápida aproximação a eles, servindo como mercenário e estabelecendo íntima relação com o rei de Gate (I Sm 27.1-7). Nos dias de Saul (I Sm 13.19-22), não havia ferreiros na terra, pois todos os especialistas com o ferro estavam entre os filisteus. Assim sendo, mesmo em território hostil, Israel descia até seus inimigos para amolar as armas e ferramentas.

Ademais, os arameus foram importantes para Israel e o resto do mundo comercial. Com as deportações do império Assírio no século VIII, o aramaico, idioma dos arameus, se proliferou entre os deportados, se tornou a língua mais falada entre cananeus, sírios, mesopotâmicos, persas, babilônicos e judeus. Os amalequitas, midianitas, moabitas e edomitas, apareceram mais como inimigos do que parceiros de Israel.

Contudo, parece que a terra dos moabitas esteve como refúgio daqueles que deixaram Belém de Judá no período da fome — nos dias em que os juizes governavam a terra (Rt 1.1). Nesse sentido, é dentre os moabitas que se tem o ancestral mais antigo do rei Davi: Rute, a moabita, foi bisavó do rei e ainda teve o seu nome citado na genealogia do Cristo pelo

⁶ Palavra derivada do grego *phoinikes* que significa “pessoas oriundas da terra púrpura” ou “vermelhos”. Os fenícios não possuíam muita terra para agricultura, como possuíam boas madeiras para construção de embarcações, logo cedo, se lançaram ao mar e se tornaram especialistas na arte do comércio. Fundaram importantes cidades como Biblos que mantinha intenso comércio com o Egito, no transporte e distribuição dos papiros para o mundo, além desta, fundaram Tiro e Sidon, cidades que mantiveram intensa relação política e comercial com Israel durante a monarquia (REINKE, 2021, p. 129–130).

⁷ Não sabemos a quanto tempo estavam no território, contudo, são originários da ilha de Creta, a oeste do Mediterrâneo, provavelmente a mesma região foi citada pelos profetas com o nome de Caftor (Jr 47.4; Os 9.7). Mas também poderia estar relacionada a Chipre ou a algum distrito na Costa do Mediterrâneo (PAGANELLI, 2020, p. 93–95).

evangelista Mateus. Os edomitas, por sua vez, desapareceram como unidade política nos dias dos Macabeus, seus últimos representantes foram Antípater, seu filho Herodes (o Grande) e seus netos, todos governaram a Palestina nos dias de Jesus⁸.

Desta maneira, esses povos deveriam ser expulsos ou exterminados, conforme Deuteronômio (7.5-26) tudo que fosse abandonado e estivesse ligado ao culto cananeu deveria ser demolido ou queimado. A utilização dos espaços de culto ou dos objetos de adoração afastaria Israel do real propósito o qual foram escolhidos por Deus.

Nesse sentido, eram a sua propriedade peculiar, um reino de sacerdotes, uma nação santa (Êx 19.6). A ordem divina jamais se deu por questões étnicas, mas unicamente religiosa. Da mesma forma que Israel assimilou a língua, os costumes e cultura dos povos a seu redor, facilmente a religião seria também assimilada e a aliança feita com os pais não seria mantida, Israel se tornaria alvo do juízo de Deus.

Apesar da ordem divina, nem todos os cananeus foram expulsos, antes foram assimilados por Israel⁹. Não somente no tempo dos juizes e dos reis, mas ainda nos dias de Josué (Js. 9.15-27) observaram-se os gabaonitas, habitantes de Gabaon, sendo incorporados à comunidade como rachadores de lenha e carregadores de água. Outros povos foram submetidos à corveia (Jz 1.28-35). Entretanto, muitos conviveram no território sendo encurralados nas montanhas.

Assim sendo, os jebuseus eram um destes povos, embora tenham perdido o território para o exército pessoal do rei Davi, logo quando assumiu o trono, não foram expulsos ou exterminados. Um episódio marcante durante o reinado de Davi (I Cr 21.18-30) prova esta afirmação. A saber, quando o rei pecou contra o Senhor o lugar escolhido para edificação de um altar, pertencia a um jebuseu, posteriormente no mesmo local foi construído o templo de Salomão.

Sob esse viés, Israel jamais possuiu exclusividade sobre o território, fosse pela presença dos seus habitantes primitivos, ou ainda pela presença de estrangeiros que havia na terra, os *gerim*¹⁰. Assim sendo, Abraão foi um *ger* em Hebrom (Gn 23.4), Moisés em Midiã (Êx 2.22), da mesma forma que Israel foi *gerim* no Egito (Êx 22.20). Todavia, quando entraram na terra foram considerados como o “povo da terra”, e aqueles que não foram

⁸ REINKE, 2021, p. 143.

⁹ O ponto a ser observado, é que se houve um julgamento de Deus contra os cananeus, ele aconteceu no período da dominação Romana, quando conquistaram o Mediterrâneo e exterminaram a principal filha de Tiro, a cidade de Cartago, na costa norte do continente Africano (REINKE, 2021, p. 156-158).

¹⁰ Do ponto de vista social permaneciam como homens livres, possuíam os mesmos deveres que o “povo da terra” com a lei (Êx 20.10; Lv 17.15; 24.16-22; Nm 9.19; 15.15-16), isto porque havia uma só lei. Contudo, não tinham acesso a todos os direitos civis que os cidadãos de Israel (Dt 23.21), mesmo assim, também gozavam da proteção divina (Dt 10.18) com levitas, escravos, órfãos e viúvas.

assimilados pelo casamento ou submetidos à servidão, tornaram-se os *gerim* da terra, aos quais se acrescentaram os imigrantes.

Não somente estes eram considerados estrangeiros, mas devido ao caráter individualista e a divisão territorial das tribos, um *ger* também poderia ser o membro de uma tribo que resolveu sair e residir nos termos de outra tribo, de igual modo o levita que não recebeu terras como herança (Dt 12.12).

Desta forma, fosse estrangeiro, levita, escravo, viúva ou órfão, todos eram vulneráveis aos olhos divinos, economicamente fracos, e por isso eram amparados pela lei de Moisés: não podiam ser maltratados (Êx 22.21-23; Dt 24.14; 27.19), antes deveriam gozar da caridade de Israel (Lv 14.28-29; 19.10; Jr 7.6; Zc 7.10), caso fossem humilhados e gritassem ao Senhor, o seu clamor seria ouvido e a ira de Deus seria derrama contra Israel que seria destruído pela espada. Todavia, como em outras ocasiões, Israel não respeitou os decretos divinos e ultrapassou o limite do mal, não respeitou o direito dos fracos e por isso foi levado cativo de sua terra (Is 10.1-2; Jr. 5.28; Zc. 7.8-14).

4. Presença árabe na palestina: o retorno dos judeus

[...] meu pai foi testemunha de um grafite rancoroso nos muros das cidades da Europa: "Judeus, voltem para a Palestina". Hoje em dia, os mesmos muros gritam para nós: "Judeus, saiam da Palestina"¹¹.

A terra dos patriarcas, conhecida também como Palestina¹², foi invadida e anexada a outras nações diversas vezes. A nação que ascendia ao cenário político mundial ao derrotar seus oponentes, também se apropriaram das terras do inimigo, dos territórios por ele conquistados, e decidiram sobre o destino dos cativos.

Diferentemente do que fez a Assíria (722 a.C.) e a Babilônia (606 a.C.), os Persas (539 a.C.) não fizeram Israel cativo, antes, o libertaram e permitiram que voltassem do cativeiro para Jerusalém e reconstruísem a cidade e o templo. Mesmo detendo o poder político, os Persas, Gregos (331 a.C.) e Romanos (63 a.C.) concederam às nações sob seu domínio liberdade religiosa. Porém, no ano 70 d.CA tolerância Romana acabou como resposta para conter possíveis revoltas, o templo foi totalmente destruído, e os judeus foram dispersos pelo mundo.

Diante desse cenário, a cidade permaneceu sob domínio dos Romanos até a cisão do império em duas partes (Império Romano do Ocidente e do Oriente, também conhecido por Império Bizantino). A partir de então, a Palestina ficou sob a jurisdição bizantina até a anexação dela ao império Árabe-Muçulmano em 638 d.C.

Outrossim, no ano de 1099, com o intuito de retomar a cidade de Jerusalém para o domínio cristão, a Primeira Cruzada terminou com a conquista da cidade e, em seguida, com a criação do Reino Latino de Jerusalém¹³. A cidade ficou sob domínio cristão-europeu até ser novamente tomada pelos muçulmanos¹⁴. Todavia, os problemas internos fizeram com que o Império Árabe-Muçulmano desse lugar ao Império Turco-Otomano, que dominou a Palestina

¹¹ OZ, 2016, p. 22.

¹² Heródoto (484 – 425 a.C.), historiador grego, foi o primeiro a referenciar o nome da terra como *Palaestine*. Segundo o historiador, a região fazia "parte da Síria" e fica ao longo da bacia do Mediterrâneo, após, quinhentos anos, outro historiador, porém judeu, Flávio Josefo (37 – 100), fez menção a Heródoto ao se referir à "Síria de Palaestine". A palavra pode ser encontra na bíblia hebraica

¹³ Neste período se intensificou a perseguição aos judeus espalhados pela Europa: proibiram-se o proselitismo, a construção de novas sinagogas, a posse de cargos públicos e o direito às heranças. A fuga de tal realidade se deu através da assimilação da cultura e religião por parte de alguns que se tornaram cristãos, mas que em seus lares silenciados pelo medo praticavam o judaísmo, outros, porém, praticaram abertamente mesmo temendo retaliações (NOVINSKY, 2015, p. 38-53).

¹⁴ HOUAT, 2006, p. 13-15.

de 1517 até o final da I Guerra Mundial (1914–1917), ano em que saiu derrotado e teve seus territórios divididos entre as nações vencedoras¹⁵.

Até o início do século XIX, o número de habitantes na Palestina era de 250.000, enquanto o de judeus era de 6.500 concentrados em quatro cidades: Jerusalém, Safed, Tiberíades e Hebrom. Todavia, no final do mesmo século (1870) o número de habitantes saltou para 380.000 e o de judeus para 27.000¹⁶. Movidos pelo mesmo sentimento nacionalista que despontou na Europa entre o final do século XVIII e início do século XIX, os judeus emigraram em grandes grupos para a Palestina. Para desta forma, na intenção de estabelecer uma nação com um passado, um presente e um futuro em comum, aonde o judeu não fosse mais hóspede, no entanto, governante.

Assim sendo, na Europa Ocidental, a segurança estava ameaçada. Enquanto isso, na parte Oriental, surgia o antissemitismo, que não visava mais o judeu diferente, mas aquele que era assimilado culturalmente. Ou seja, se parecia com qualquer outro europeu: falava o idioma local, participava da cultura, política e desenvolvimento socioeconômico do país. Diante deste cenário, os judeus foram vistos como parasitas, como pessoas que se apropriavam das diversas culturas a fim de miná-las economicamente. Em suma, o antissemitismo Europeu passou da perseguição para tentativa de extermínio de toda a raça.

Sob esse viés, até 1948, ano em que Israel declarou a sua independência, os judeus emigraram em grandes ondas para a Palestina. As duas primeiras ondas, também conhecidas por *Aliáh*,¹⁷ aconteceram entre 1882 e 1914; as três seguintes aconteceram durante o Mandato Britânico na Palestina (terceira *Aliá* 1919 a 1923, quarta *Aliá* 1924 a 1929, quinta *Aliá* 1932 a 1938). Altos e baixos caracterizaram economicamente cada uma, todas possuíam uma imagem distinta da outra. Dessa maneira, a terceira foi chamada de *Aliáh* dos pioneiros, a quarta *Aliáh* da classe média (mesmo que os imigrantes das duas não fossem pioneiros), a quinta *Aliáh*, entrou para memória judaica como *Aliáh* Alemã – por levar muitos sobreviventes do Holocausto, ainda que a maioria dos imigrantes tenha saído do Leste Europeu¹⁸.

Desta maneira, cada *Aliáh*, tinha por objetivo a compra de terras para o assentamento judaico na Palestina. Através da aquisição de propriedades das mãos árabes, os judeus queriam legitimar a posse do território. Theodor Herzl (pai do movimento sionista que

¹⁵ O que definiu o futuro da Palestina e de todos os territórios anexados ao império Turco-Otomano, logo após ao término da Primeira Guerra Mundial. Foi o acordo firmado entre as nações vencedoras do conflito chamado de Sykes-Picot, este acordo dividiu a administração das terras Otomanas entre a França e a Inglaterra.

¹⁶ SHAPIRA, 2018, p. 45–46.

¹⁷ plural, *aliot*.

¹⁸ SHAPIRA, 2018, p.48–74;134.

defendia a consolidação de um estado judeu independente), não concordava com as tentativas de colonização da Palestina antes da obtenção de uma carta de concessão, por isso, as denominou de “infiltrações”. Nesse sentido, Herzl, via essas ações como irresponsáveis diante de um movimento que desejava estabelecer um lar nacional garantido por leis internacionais.

Ademais, o plano seguiu, em tempos difíceis, cada *Aliáh* se manteve firme no propósito de colonização da Palestina até que o Estado fosse formado. Desde o princípio, havia a preocupação com os árabes palestinos: se seriam expulsos, assimilados, ou se tornariam estrangeiros em sua própria terra. A questão é que independentemente das preocupações, judeus e árabes-palestinos entraram em conflito pela posse legítima da terra, e mesmo após o fim do Mandato Britânico na região, o conflito não teve fim. Por outro lado, a formação do Estado Judeu apenas fomentou o conflito.

5. A luta árabe pela posse da terra

Em novembro de 1947, na Assembleia da ONU, os judeus receberam o direito a uma terra. E em 14 de maio de 1948 houve a proclamação da independência. Neste dia foi reconhecida a ligação histórica deste povo com a Palestina. Mesmo que Ahad Haam (opositor do sionismo), acreditasse que a “salvação” viria através dos profetas e não dos diplomatas, foi por meio da diplomacia e das armas que os judeus lutaram por um lar nacional. Assim sendo, desde a assinatura da Declaração Balfour, em 1917, que concedeu aos judeus a oportunidade de estabelecer um “lar nacional” na Palestina, até a guerra de 1948 causada pela partilha do território, os judeus encontraram apoio internacional em diversas ocasiões. Enquanto os judeus reconhecem a intervenção divina em todo processo, para os mais de 700.000 palestinos forçados ao êxodo durante a guerra de 48, tudo não passou de uma Catástrofe, ou *Nakba*, no idioma árabe.

Sob esse viés, a concessão do território pela ONU foi vista pelos árabes como flagrante ato maligno, uma injustiça, uma coerção intolerável e a única ação possível para refrear o mal seria a resistência armada. Houve diferentes versões para o que foi a guerra de 1948: Ben Gurion, primeiro-ministro de Israel na época, disse que a guerra foi pela “soberania ou independência”. Para os combatentes do Palmach¹⁹, defensores da terra de Israel, foi a “Guerra de Libertação”, enquanto para os palestinos ainda hoje foi simplesmente a “Guerra de 1948”, um termo neutro para se referir às perdas que sofreram²⁰.

Além disso, depois da guerra os refugiados palestinos foram recebidos nos países árabes, todavia transformaram-se em um problema permanente no Oriente Médio, sendo tratados como cidadãos de segunda classe, sem direitos, autonomia política e executando serviços mal remunerados. Desde esse tempo, a questão palestina tem sido ignorada pelo ocidente e por parte da igreja evangélica simpatizante do Israel bíblico, que nega o sofrimento de milhões de pessoas que se tornaram estrangeiros em sua própria terra. Os refugiados querem voltar, os que estão em exílio interno querem a liberdade, um governo autônomo, a garantia de que os direitos humanos e as diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, sejam cumpridas, mas ainda não alcançaram. Somente a resolução de número 194 de 11 dezembro de 1948 foi ratificada 28 vezes, e exortou Israel a permitir o retorno dos

¹⁹ Sigla hebraica de *Plugot Mahatz*, significa “Força de Ataque” (tradução livre). Foi precursor e batalhão de choque do novo exército israelense.

²⁰ _____, 2018, p.41;191-193.

refugiados palestinos, porém, a condição imposta é que teriam que viver em paz com os judeus no território, mas isso não foi aceito.

Nesse sentido, os árabes colocaram a culpa do descumprimento da resolução nos judeus, ao dizerem que não permitiram o retorno porque a ação os levaria ao suicídio político, visto que o Estado é somente para judeus²¹. Contudo, para os refugiados da época aceitar o retorno nas condições impostas pela resolução, seria o mesmo que reconhecer a legitimidade da posse e a existência do Estado de Israel.

Diante deste cenário, os judeus se defenderam dizendo que os palestinos abandonaram a terra na certeza de um retorno triunfante após uma possível vitória dos países árabes na guerra de 1948. Assim, não se incorporaram definitivamente na cultura, política, ou sociedade dos países para onde foram porque alimentaram um mito, retornar para Palestina após a vitória em um segundo *round*.

Enquanto o dia esperado pelos refugiados não chega, protestos e confrontos violentos tem sido noticiado pela mídia internacional no cotidiano Israel-palestino, principalmente, durante as comemorações dos aniversários de fundação do Estado de Israel. Se por um lado, os judeus comemoraram 50 anos da fundação de seu Estado. Por outro lado, o dia de luto dos palestinos começou com uma cerimônia em memória de seus irmãos mortos durante os anos de conflito. Após um minuto de silêncio, uma sirene tocou em todos os bairros palestinos, dezenas de manifestações ocorreram simultaneamente em diversos locais onde havia refugiados, na Faixa de Gaza, Hebron e na Cisjordânia.

Durante o conflito, as autoridades palestinas acusaram o exército de Israel de abrir fogo contra civis desarmados que participavam da manifestação pacificamente, enquanto isso o governo israelense também acusou as autoridades palestinas de incitar o ódio e a violência na população. No embate das acusações não houve vencedores, nem mesmo durante o conflito das ruas, portanto, houve um resultado negativo noticiado pela *Globo News*: 8 palestinos mortos e 400 feridos²².

Desta forma, a proposta aqui não é legitimar a posse de um e revogar a do outro, mas compreender que existem duas perspectivas do conflito, além da incapacidade de lidar com o poder existencial e a presença do outro em sua terra. A verdade é que Judeus e palestinos são vítimas de um mesmo opressor (Europa): os palestinos pela colonização, imperialismo,

²¹ SAID, 2012, p.48-57.

²² FLINT, 2009, p. 73.

exploração e humilhação, os judeus pela discriminação, perseguição, pogroms²³, e pelo pior genocídio sistemático da história.

Assim sendo, os dois povos agem como filhos que ao olharem um para o outro enxergam a face do mesmo pai opressor. Aquele que lhes oprimia, discriminou, e perseguiu por toda a Europa e como se o real inimigo fosse aquele que está em sua terra, não entram em acordo, nem mesmo encontram a paz.

Sob esse viés, na literatura árabe o judeu é apresentado como a extensão desse inimigo tirano, colonizador, cruel, e sem coração que lhes expulsou e tomou suas terras²⁴. De igual modo, as escolas judaicas, exaltam o judeu em detrimento do povo palestino, sempre apresentado em declínio, corrupção e violência²⁵. A guerra não é religiosa, mesmo que alguns do Ocidente ou do Oriente tentem a transformar nisso, nem mesmo um choque entre duas culturas distintas, mas uma disputa imobiliária onde querem determinar a quem pertence à terra: se ao povo judeu ou ao povo árabe palestino.

Deste modo, não é possível questionar a presença judaica na Palestina até o ano 70 d.C. e como sofreram espalhados pelo mundo sem um lar nacional, até que retornem para o lugar em que foram expulsos. De igual modo, a presença árabe em maior número na Palestina até a partilha do território em 1948, não pode ser ignorada a ponto de pensarem que se não fossem os judeus para salvá-la de seus opressores, a terra ainda estaria sem investimento e desenvolvimento conforme o modelo europeu progressista.

Não somente judeus careceram de um lar após o holocausto, a mais triste memória do povo judeu, como defendem aqueles que apoiam a formação do Estado de Israel. Todavia, árabes palestinos também carecem de um lar, e neste caso precisam voltar para casa. Temos que concordar que é impossível o retorno de todo aquele que se considera dono da terra, seja judeu ou palestino, mas se houvesse o entendimento de que há refugiados, oprimidos e pessoas que clamam pela paz dos dois lados, já seria dado um importante passo em direção a um tão distante acordo de paz.

²³ significa "causar estragos, destruir violentamente". Refere-se aos ataques aos judeus e seus estabelecimentos em diversos países.

²⁴ OZ, 2016, p. 24-25;44-45.

²⁵ SAID, 2012, p. 145-148.

6. Estado binacional: Renúncia do lar ou reconhecimento de direito?

Compreender as razões pela qual os árabes lutam, seja dentro ou fora da palestina, não é o mesmo que adotar um posicionamento antissemita. No entanto, é entender que existe além das questões políticas que devem ser resolvidas, um sofrimento humano que deve ser considerado, todavia, é até então tem sido ignorado por todo ocidente.

Sob esse viés, e um número considerável de cristãos evangélicos que defendem e concordam com tudo que Israel tem praticado dentro de seu território contra o povo árabe. Para ser partidário de uma das questões (árabe ou judaica) no conflito seria preciso a identificação dos bons moços e dos vilões. No Apartheid foi fácil, um crime foi estabelecido contra os direitos civis e a liberdade de expressão, mas no caso do conflito árabe-israelense os bons moços e os vilões não são tão evidentes assim.

Estamos diante de um conflito histórico e sangrento que tem causado prejuízo e dor dos dois lados, não se trata da luta do bem contra o mal, se trata de uma tragédia, um choque entre o certo e o certo. Os judeus foram para a Palestina porque este era o único lugar no mundo que poderiam ir, não foram aceitos na Europa (Ocidental e Oriental).

Somente em alguns poucos lugares no mundo puderam se estabelecer e fazer parte da sociedade, como nos Estados Unidos da América, onde se concentra a maior comunidade judaica fora do Estado de Israel. De igual modo, deseja regressar para Palestina outros milhões de refugiados, porque este território também é o único lugar que podem chamar de lar²⁶.

Por ora, o drama palestino é ainda maior porque a lei do Retorno, de 1950, autoriza a qualquer judeu no mundo voltar para Israel, enquanto o mesmo direito é negado a milhões de descendentes palestinos que viviam no mesmo território que os judeus até 1948. Não podemos negar que há judeus e árabes conscientes da causa dos dois povos, e insistem por um Estado Binacional, ou ainda um Estado democrático secular na Palestina para árabes e judeus, pautado por direitos humanos seculares e não em uma exclusividade religiosa ou minoritária.

Assim sendo, haveria lugar onde a sociedade caminhará em uma única direção, o bem maior do todo e não de judeus e não judeus. Esse foi o posicionamento adotado a partir de 1967 pelo Movimento de Resistência Palestina, hoje conhecido como Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que se tornou motivo de zombaria, mas não pode ser ignorado por inteiro, ainda que faltem os meios necessários para concretizá-lo²⁷.

²⁶ OZ, 2016, p. 35-37.

²⁷ SAID, 2012, p. 250-251.

Amós Oz, escritor e ativista político, nascido em Jerusalém, em 1939, é a favor de um Estado Binacional²⁸. Embora não acredite que haverá um repentino surto de amor recíproco entre judeus e palestinos, espera que haja alguma coisa próxima de “um imparcial e justo divórcio entre os dois povos.

Portanto, deveriam permanecer em definitivo dentro do mesmo apartamento e decidir quem ficaria com o quarto A e o quarto B, e quanto às áreas comuns como sala de estar, cozinha e banheiro, deveriam se arranjar para que não houvesse mais conflitos. Para o escritor Amós Oz, tudo seria muito inconveniente, mas muito melhor do que o inferno em vida pelo qual passa todos os habitantes do Estado de Israel: são palestinos que sofrem discriminação diária, são perseguidos, humilhados, despojados pelo governo militar de Israel, e do outro lado vivem judeus em constante estado de alerta com medo de ataques terroristas a civis em atividades de recreação, como em passeios ao shopping.

Nesse sentido, Oz não arrisca o desenho de um mapa para definição dos termos deste Estado Binacional, porém, entende que o mais ideal seria a observação das linhas estabelecidas para fronteira antes de 1967, com modificações, é claro, desde que aceitas pelos dois lados e um acordo especial quanto aos locais sagrados. Compartilhando a mesma ideia, o Comitê de Monitoração dos Cidadãos Árabes, redigiu um documento denominado “A visão futura dos árabes palestinos em Israel”, em que pela primeira vez desde a fundação do Estado de Israel foi proposto oficialmente a criação de um Estado Binacional²⁹.

O documento propôs que a minoria árabe tivesse os mesmos direitos dos cidadãos judeus, tanto no plano individual como coletivo, reivindicou também a autonomia cultural, religiosa e educacional dos palestinos, e uma pátria conjunta para árabes e judeus. Contudo, propôs, ainda, que houvesse a alteração nos símbolos do país, na bandeira e no hino, para que representassem também a minoria árabe, além da criação de um Estado palestino.

Toda proposta levantou um intenso debate na sociedade israelense, porque atinge diretamente a identidade do Estado de Israel e a identidade judaica, a maioria dos cidadãos israelenses ainda vota em partidos sionistas que defendem o caráter judaico do Estado, e se colocaram contra as propostas do documento. O problema maior é não haver unidade de pensamento na questão, ainda que em menor número exista uma parcela da população de judeus israelenses votando em partidos árabes que defendem mudanças no rígido sistema israelense.

²⁸ OZ, 2016, p. 46-54.

²⁹ FLINT, 2009, p. 326-329.

Outrossim, um artigo escrito pela imprensa local no jornal *Haaretz*,¹⁰ logo após a emissão do documento árabe, concluiu: “Os autores do documento querem a abolição do Estado nacional judaico e a criação de um Estado nacional palestino ao lado de um Estado binacional”. Na visão da colunista, Abirama Golan, diante das propostas estabelecidas pelo Comitê Árabe, o Estado Judeu se transformaria em uma comunidade minoritária, e Israel não deveria concordar, pois, significaria a renúncia do lar.

Além disso, se o governo de Israel está disposto a abrir diálogo para um possível Estado Binacional? Tudo indica que não, porém, se percebe que a aceitação dessa proposta significaria para eles uma renúncia da terra, de sua identidade, e de toda história e identificação que a atual geração já construiu com o lugar.

No entanto, mais urgente que tudo até aqui mencionado é a tragédia dos refugiados palestinos, é verdade que a terra não ofereceria recursos para que todos voltassem para Palestina, mas Israel deveria aceitar sua parcela de culpa na causa palestina, e reparar os danos históricos causados a este povo.

Portanto, é difícil em questões morais apontar a porcentagem de envolvimento judeu no sofrimento palestino, tanto daqueles que estão dentro como os que estão fora das fronteiras do atual Estado. Assim, ainda que um único Estado para duas nações seja um sonho distante, Israel deveria se envolver mais na questão dos refugiados e conceder políticas públicas de moradia, emprego, emissão de passaporte, e a dignidade perdida durante décadas de confronto. Qualquer acordo de paz que não contemple o problema dos refugiados terá data de validade vencida, esta é uma questão que não pode ser ignorada pelo mundo ocidental, ainda mais por Israel e os cristãos evangélicos.

¹⁰A terra(tradução livre)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o conflito Israelo-palestino e a disputa pela posse do território ocupado por Israel, desde 1948, mostra-se um tema relevante para o estudo na academia e no campo da teologia evangélica para um entendimento mais adequado das responsabilidades dos judeus como povo de Deus frente à aliança com Abraão, e nas relações com outros povos na terra que o Senhor prometeu à posteridade do patriarca. O problema proposto por esta pesquisa era compreender a relação dos judeus com o território, os deveres com o povo (palestino) que nele habita e a legitimidade da luta árabe pelo retorno e a posse da terra da Palestina.

Com efeito, a pesquisa revela que Deus não concedeu o território aos judeus em recompensa à justiça praticada por eles ou a sua força militar, mas que a fé e a obediência, primeiramente, encontradas no patriarca Abraão, foram determinantes para a entrada e permanência no território prometido.

Jamais foi preciso um título de propriedade porque as evidências de que a terra pertence ao Senhor foram demonstradas quando Deus expulsou os povos que lá habitavam, antes da conquista de Canaã, e exigiu dos judeus compromisso com a lei mosaica para permanência naquele local.

Na perspectiva bíblica os judeus possuem raízes históricas com o território que hoje ocupa, Israel é a terra prometida aos patriarcas, o lugar escolhido por Deus como referencial de suas bênçãos a um povo hostil, de dura cerviz que o abandonou diversas vezes, mas que por razões guardadas somente em Deus, permaneceu como alvo de sua graça. No entanto, enquanto os judeus estivessem na terra, deveriam ser luz para as nações vizinhas, e tratar com equidade o estrangeiro que viesse de terras longínquas pela grandeza do nome do Senhor.

Sob essa perspectiva, se percebe que a mão de Deus esteve sobre as minorias (estrangeiros, pobres, viúvas e órfãos) que coexistiram com os judeus até a perda definitiva da terra no ano 70 d.C. O clamor destes povos contra as injustiças praticadas pelos judeus no território foi ouvido, e o Senhor por causa deles retirou os judeus da terra. Ainda hoje o mesmo clamor ecoa entre os refugiados e árabes palestinos que vivem dentro do Estado de Israel e sofrem com as decisões do governo.

Os dados históricos apresentados pela pesquisa também revelam haver motivações políticas, religiosas e culturais entre os milhões de refugiados que desejam retornar à Palestina. A presença árabe antes de 1948 legitima o direito que esse povo possui de

estabelecer moradia, trabalho, educação, e participação no desenvolvimento econômico e político do Estado, assim como entrarem e saírem do país como cidadãos livres.

Por fim, não foi possível apresentar, neste trabalho, como se deu o processo que culminou na decisão da ONU pela partilha do território em 1948, porque, para seu entendimento, seria preciso estudar a motivação dos diversos países que deram voto a favor ou contra, ou se absteve da decisão. Essa e outras abordagens são de fundamental importância para compreensão do conflito, a relação entre os dois povos, e as motivações para a luta árabe. Frente a essas questões, novos estudos e análise do tema podem ser feitos para melhor compreensão no campo acadêmico e teológico.

4. REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Português. Nova edição, revista e ampliada. 2002. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo, 2002.
- BRENER, J. **Ferida aberta: o oriente médio e a nova ordem mundial**. São Paulo: Atual, 1993.
- COENEN, L.; BROWN, C. (orgs.) **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Trad. Gordon Chown. 2. ed. São Paulo, Vida Nova: 2000.
- FLINT, G. **Miragem de paz: Israel e Palestina: processo e retrocessos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GILBERT, Martin. **História de Israel**. Trad. Patricia Xavier. São Paulo: Edições 70, 2019.
- HOLWERDA, D. E. **Jesus e Israel: Uma Aliança ou Duas?** 1ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.
- HOUAT, Stephan. **A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos**. Monografia (Bacharel em direito) - Centro Universitário do Pará – CESUPA. Belém – PA, 2006.
- NOVINSKY, A. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. São Paulo : Planeta do Brasil, 2015.
- OZ, A. **Como curar um fanático: Israel e Palestina: entre o certo e o certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PAGANELLI, M. **Milênio**. São Paulo: Arte Editorial, 2020.
- REINKE, A. D. **Os outros da bíblia: história, fé e cultura dos povos antigos e sua atuação no plano divino**. Rio de Janeiro : Thomas Nelson, 2021
- ROBERTSON, O. P. **Cristo dos pactos**. Trad. Américo J. Ribeiro. Campinas – SP: Luz para o Caminho, 1997.
- SAID, E. **A questão Palestina**. (S. Midori, Trad.) São Paulo: Unesp, 2012
- SHAPIRA, A. **Israel: uma história**. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 2018

SITES PESQUISADOS

Disponível

em:

<https://www.palestineportal.org/learn-teach/israelpalestine-the-basics/maps/maps-loss-of-land/> />. Acesso em: 16 de set. de 2022.